

“FIGURAS E IDEIAS DA FILOSOFIA DO RENASCIMENTO”

Alcantara NOGUEIRA

Não é sem razão que se deve considerar o período renascentista como a aurora do saber humano em geral e do pensamento filosófico e científico em especial, após os muitos séculos de obscurantismo que a Idade Média representou. Querer apontar no medievo aquelas virtudes que caracterizam o poder da inteligência humana no seu aspecto criador, é desconhecer o sentido que animou uma época subordinada a certa disciplina mental, onde o espírito teve que se acomodar a formas de pensar pré-fabricadas e impostas, a crê ou morre, de acôrdo com uma tradição suposta perfeita. A dissidência de um Rogério Bacon, dando rumos novos à pesquisa intelectual, é um quase nada frente àquela sabedoria apoiada nos dados da revelação.

Por isso mesmo, quando consideramos a rebelião do Renascimento, trazendo tanta riqueza para o conhecimento, é que melhor podemos compreender o que é o pensamento liberto de preconceitos, utilizando o saber do passado, com independência e, mais do que tudo, procurando incorporar à cultura novos valores elaborados pela filosofia e pela ciência, em consonância, com as necessidades do progresso social.

Sente essa grandeza do Renascimento, interpretando-a no que ela possui de mais significativo, Rodolfo Mondolfo, no seu livro — «Figuras e idéas de la filosofía del Renacimiento», Editorial Losada S. A., Buenos Aires, 1954. Parte desta obra, aliás, foi publicada em 1947, sob o título «Tres filósofos del Renacimiento», compreendendo estudos sobre Bruno, Galileo e Campanella; mas já agora Mondolfo apresenta, praticamente, outro trabalho, pois, segundo as suas próprias palavras, foram acrescentados àqueles primeiros ensaios «revisitos e ampliados à base de novos documentos e estudos, quatro novos, sobre pontos e aspectos da mesma época, que me parecem de não menor importância: **Leonardo, teórico da arte e da ciência; a idéia da cultura no Renascimento italiano; O Renascimento italiano**

e a filosofia moderna; O método galileano e a teoria do conhecimento».

O conjunto dessas pesquisas constitui a contribuição crítico-filosófica mais profunda que modernamente se tem escrito acerca do pensamento renascentista. Mondolfo, de fato, avanteja-se dos demais autores que trataram da Renascença, pela visão superior que possui dos variados problemas que expõe e discute, já que os considera em três de seus aspectos fundamentais: filosófico, científico e sociológico. A análise a que ele submete o pensamento de Leonardo, Bruno, Galileo e Campanella abarca, de uma só vez, diferentes setores do conhecimento, porque além de definir e interpretar a doutrina frente à filosofia e à ciência, situa os problemas formulados em função das coordenadas sócio-históricas nas quais eles se formam e se desenvolvem. Trata-se de um critério analítico que tem a faculdade de colocar o pensamento todo inteiro diante da realidade cultural que ele está a traduzir no momento em que se exercita, bem como a sua possibilidade de influir na formação de novos quadros do conhecimento que, de futuro, venham a aparecer.

Mondolfo inicia o livro estudando o «divino» Leonardo, analisando a forma de ideal que imortalizou o gênio italiano sempre insatisfeito na criação de sua arte, fazendo desta e da ciência «formas mutuamente vinculadas de um mesmo anelo e esforço de conhecimento e conquista»; não foi apenas o pintor que, penetrando na epistemologia e na metafísica, permanecesse «sempre pintor», mas, diz Mondolfo: pintor e artista, Leonardo é sempre filósofo e cientista, penetrando na pintura e na arte sem sair da epistemologia e da metafísica.

O desejo crescente de atingir o âmago da obra que produzia, levou Leonardo, como assinala Mondolfo, a preocupar-se, não só com a técnica e com a criação artística, mas a investigar e estudar cientificamente a natureza: «pois o grande amor nasce do conhecimento da coisa amada, e se tu não a conheces, pouco ou nada podes amá-la».

Para ele a criação artística era uma fantasia exata (como diria Casirer na citação de Mondolfo), daí não ter a sua arte apenas um caráter emocional de beleza: ela era também produto de investigação científica. Esta, ele a fez no vasto campo das ciências naturais em geral, realizando, como indica Mondolfo, «descobrimientos assombrosos para a sua época» e criando «novos ramos da ciência que não tinham antecedentes nas idades passadas».

A posição histórica do grande vulto renascentista está bem determinada por Mondolfo, que a indica como contrária ao ideal de obediência à autoridade (característica da Média Idade Cristã), para firmar-se nos dados da experiência. Isso, porém, não faz dele, como se pretendeu, «mero empirista», porque Leonardo não concebe a

prática divorciada da ciência. Teoria e prática se exigem na apreensão do conhecimento. A êsse respeito, aliás, Mondolfo afirma que no ideal leonardiano se impõe a exigência de que a ciência nasce na experiência e termina nesta e que sua origem, meio e fim passam pelos sentidos; por outro lado, acrescenta: «a ciência é uma segunda criação realizada pela fantasia; a essa segunda criação significa uma realização que só pôde cumprir-se no mundo da experiência sensível»

Mesmo indeciso no que concerne à consideração de ser a experiência ou a razão ou princípio fundamental, adverte Mondolfo, penetrou em «território novo», abrindo caminho para outros pesquisadores; e mais do que isso: êle é «o precursor do método experimental de Galileo, e apesar das dificuldades contra as quais teve que lutar, como todo precursor, logra já a visão dos elementos dêsse método, a qual a ciência moderna da natureza deve ser o próprio desenvolvimento».

Finalmente, Mondolfo aponta o equívoco dos que interpretam como platônica a posição de Leonardo, para concluir pela conciliação do empirismo com o racionalismo, onde experiência e razão são elementos fundamentais para definir a orientação leonardiana. Assim, o motivo que inspira a Leonardo «a exigência da verificação experimental não é somente prático, de realização, senão também cognoscitivo, pela consciência da possibilidade de erros na concepção e demonstração puramente racionais da causa». Aparecem, assim, nestas páginas, vigorosas e completas, a discussão e a interpretação artística, filosófica, científica, social e histórica do pensamento dêsse vulto extraordinário que a humanidade só encontrará motivos para glorificá-lo.

A segunda parte do livro é dedicada ao «magnífico rebelde de Nola» — Giordano Bruno, a cabeça filosófica mais inquieta e profunda do Renascimento.

Rodolfo Mondolfo, nesse estudo, demonstra as suas qualidades mais poderosas de pesquisador da história da filosofia, penetrando com agudeza verdadeiramente impressionante na vastidão do sistema bruniano, interpretando-o desde as suas raízes até as ramificações mais distantes. E, fato digno de nota, isso êle faz num poder de síntese que se consubstancia em menos de cem páginas, onde o historiador e o pensador se harmonizam perfeitamente.

A obra de Bruno é inseparável de sua vida errante e tormentosa. Por isso, Mondolfo inicia apontando os fatos mais expressivos da existência do herói e mártir queimado vivo, em Roma, por obra e graça da piedade religiosa da Inquisição.

A primeira orientação do Nclano, dominicano que foi, terá sido naturalmente a dada pelo pensamento de Santo Tomás e do aristoté-

telismo. Mas ainda no claustro, onde procurou manter, no dizer de Mondolfo, «uma espécie de separação entre os problemas filosóficos e as crenças religiosas», já lhe são conhecidas as idéias panteístas de Averroes, Ibn Gebircl e Dinant, de um lado, e o atomismo democritiano e lucreciano de outro. A influência dessas idéias é indiscutível no sistema de Bruno.

Pouco a pouco, porém, dará unidade à sua doutrina e o panteísmo que prega se enche, como assinala Mondolfo, de novos elementos próprios que irão influir inclusive na construção de outros ideais filosóficos, v. g., Bruno se adianta e talvez inspira a exigência expressa por Bacon no sentido de «purificar a mente de idéias preconcebidas» (porque a natureza, para êle, deve ser lei para a razão humana e não esta para aquela), antecipa a teoria da «continuidade» de Leibniz, além de haver sido precursor de Spinoza quanto ao conceito de substância-causa universal que o filósofo de Amsterdam irá identificar com Deus, etc.

Em Bruno se afirma este pensamento central que ensina a divindade dentro das coisas como poder natural e assim a imanência de Deus em todo o universo e, ao mesmo tempo, em cada um dos seres que o formam. Igualmente, Bruno transfere para o próprio homem essa circunstância relativa a Deus e às coisas, quando declara a presença da divindade em cada espírito humano e, segundo a interpretação mondolfiana, o ser divino está presente e agindo em cada consciência como se fôra um despertador a excitar e a provocar incessantemente o espírito, fazendo com que não fique inerte o seu poder, mas obrigando-o a tornar-se ativo e a realizar o seu progressivo desenvolvimento. Por isso, Mondolfo conclui que a «idéia da imanência universal do divino tende assim a uma coerente conclusão universalista relativa à vontade e capacidade humana de conhecimento». Para o Nolano, o conhecimento e o amor divino se desenvolvem em todos os homens, de modo que para o espírito destes a presença daquele é como se fôra um **acicate** a estimular a mente e avançar sempre, nunca se satisfazendo com a verdade que alcança. Daí resultar, conforme mostra Mondolfo, que a raiz de que brota todo conato está formado pela imanência da mente divina que se acha em todos os seres, inclusive nos que são chamados inanimados.

Essa teoria da imanência, no sistema de Bruno, que encontra em Mondolfo o seu maior intérprete, constitui o traço fundamental de todo o pensamento do filósofo, conclusão a que chegou o grande historiador da filosofia, após cuidadosas pesquisas que o levaram a abandonar o que Tocco havia determinado através de três fases, como essencial na doutrina do Nolano. Tal aspecto concernente à unidade fundamental do pensamento de Bruno, Mondolfo dedica no item VI

desta segunda parte do livro — «A ética e o progresso da humanidade» —, algumas páginas bastante elucidativas.

Vale, enfim, lembrar que a própria influência que Bruno recebe do neoplatonismo termina por tornar-se desfigurada, já que se adapta à teoria da imanência, perde o sopro místico de êxtase contemplativo, pois a realidade divina, assim como a humana, está sempre em contínua atividade; a posse é sempre conquista ou criação incessante; a existência se identifica com o movimento laborioso, o conhecimento com a investigação e atividade do pensamento, que passa de um a outro objeto sem descanso, para estabelecer relações e vínculos entre as infinitas idéias, num processo infinito. (Mondolfo).

Transfundindo as fórmulas neoplatônicas para dar-lhes sentido novo, como assinala o historiador da filosofia, o panteísmo bruniano se dirige no sentido de identificar Deus com a natureza e a ela ser imanente, do mesmo modo que esta tende a ser considerada uma mesma com Deus ou «sua manifestação vivente». Porque diz Bruno que «a natureza não é outra coisa que Deus nas coisas».

Disso, Mondolfo tira as consequências da filosofia de Bruno, que são: a **animação universal, a unidade da natureza, sua infinitude**. Será contra o aristotelismo que Bruno afirma a infinitude do universo, negando o «céu encerrado pela esfera externa das estrelas fixas». Assim, um universo infinito existe a mover-se, graças a uma causa infinita, que é a alma universal, «que forma e faz rodar mundos inumeráveis». Tudo, diz o Nolano, está animado pela divindade, que é a própria alma universal presente em cada um de nós e dentro de cada ser existente. Dêsse modo, acrescenta Mondolfo, citando as palavras de Bruno: «em qualquer coisa, por pequena que seja e separada do mais, podes intuir um mundo ou pelo menos a imagem de um mundo; «em cada homem, em cada indivíduo se contempla um mundo, um universo». Eis porque, estando a alma universal nas coisas e em nós mesmos, é possível termos o conhecimento da natureza, estudando e descobrindo a natureza universal em nós próprios (Mondolfo); também, ainda concluiu Mondolfo que, pela presença da alma universal, como «princípio de vida, movimento e conhecimento», tôdas as coisas se ligam e unificam por um «vínculo universal de amor, assim como esta mesma alma universal junta todos os seres na sua multiplicidade e diversidade numa só «espécie suprema». Tudo, portanto, é um só ser pelo poder da alma universal que a tudo unificada a tudo transmite o seu poder divinc.

Tratando do monismo bruniano, Mondolfo assinala as suas relações, coincidências ou contradições frente ao pensamento do cardeal Cusano, do ideal parmenidiano e da substância de Spinoza, especialmente. Interpretando o uno e o múltiplo e a coincidência dos contrários, em Bruno, o historiador expõe, discute e compreende o pro-

blema em múltiplos ângulos, não deixando qualquer dúvida concernente ao pensamento panteísta da Renascença naquilo que êle traduziu para a sua época, os liames que teve no passado e teria no presente com as correntes filosóficas que procuraram conceber a divindade como ser natural, ou seja, como realidade existente no seio da universalidade, com ela se confundindo.

A complementação desse estudo é feita sob aspecto prático-objetivo, através da ética do progresso da humanidade (item VI já indicado) e da idéia do progresso humano em Giordano Bruno (item III da 2.^a parte do livro). É justo reconhecer que nessa interpretação, Mondolfo, além de original, põe a força do seu espírito a serviço dos mais nobres ideais da humanidade. Com efeito, para êle, a idéia de progresso humano que tem suas manifestações na antiguidade, em Bruno afirma a dupla relação de dependência e de antítese que liga o moderno ao antigo no desenvolvimento histórico, de modo a influir vigorosamente nos filósofos e cientistas da Renascença e conseguindo sua evolução ulterior nos séculos seguintes; e essa «visão do progresso se caracteriza por seu caráter concreto e por seu realismo histórico que a faz superior a muitas concepções posteriores nas quais a idéia de progresso tomou um caráter místico de destino infalível da humanidade, conforme a convicção de uma intrínseca racionalidade da história».

O nervo central dessa idéia de progresso, que Mondolfo determina, está na compreensão de que é pelo constante labor através dos séculos que o espírito se aprimora na conquista do conhecimento, adquirindo maior riqueza cultural e obtendo dessa experiência renovada uma tal maturidade que o faz mais «velho» em relação àquele que o antecedeu: «somos mais velhos e temos idade mais antiga que nossos predecessores», diz Bruno. Diante desse fundamento, Mondolfo destaca pontos essenciais que se resumem: na concepção do progresso como um continuado aperfeiçoamento do espírito feito através das gerações, quando as dificuldades vão sendo superadas pouco a pouco; o progresso é fato real na história, mas não constante e indefectível; pode ou não processar-se, dependendo das circunstâncias em cada século; o progresso, enfim, «não é aproximação a uma meta preconcebida», mas um avanço intensivo e extensivo do espírito que ultrapassa o estado da «vida animal» e atinge novas etapas culturais, possibilitando a formação de novas forças que, dialéticamente, respondem às necessidades do momento histórico em que vivem.

A necessidade é o grande motor que provoca e põe em movimento o engenho humano. Por isso, exigem-se e completam-se as atividades intelectual e material, estando à sua base um caráter econômico, um motivo e fundamento utilitário.

Mondolfo, ao concluir essa parte, assinala o fato do que representou para a Europa continental a desgraça que foi o «nacionalismo totalitário», absorvendo o indivíduo, impedindo-o de alcançar aquele estágio que significa progresso cultural do século, injetando nos espíritos a dúvida em relação ao dia de amanhã. O ideal de progresso de Bruno vale, pois, «tanto para o indivíduo, nas contingências singulares de sua vida pessoal, como para as coletividades humanas no curso de sua história».

Mondolfo, compreendendo a objetividade dessa idéia de progresso que o Nolano ensinou, sentiu um dia, éle próprio, um momento regressivo para o evolver da cultura humana, quando o fascismo corruptor o obrigou a exilar-se de sua pátria. É porque seu saber representava o polo oposto daquela ordem social que durante muitos anos levou à escravidão milhões de pessoas.

As palavras com que Mondolfo finaliza as pesquisas sobre o pensamento bruniano — ato de fé cultural — talvez, desafortunadamente, precisem ser repetidas nestes dias de incertezas: «fazer renascer a confiança da humanidade será, pois, a grande tarefa de post-guerra para promover no mundo um novo ímpeto de progresso».

Ao lado de Bruno que é, verdadeiramente, «o maior representante do Renascimento, que abre as portas à filosofia moderna», está Galileu — o sábio que devassou o céu com olhos de criador de uma nova ciência —, havendo, na afirmação de Mondolfo, associado de forma inseparável a observação e a demonstração, elementos que constituem a base do seu método científico — «o método galileano» — que tem sido o «verdadeiro exemplo e modelo de todo o método experimental digno de seu nome».

Galileu, sem dúvida, faz da observação e da demonstração dados indispensáveis para as suas pesquisas e ambas constituem as experiências alcançadas mediante os sentidos, e as demonstrações lógico-racionais de sua necessidade, traduzida, como uma vinculação recíproca, não unilateral, pois nem a demonstração lógica e matemática podia alcançar sua «absoluta certeza objetiva» igual à da natureza, sem apoiar-se na experiência em seu ponto de partida e confirmar-se com ela ao chegar à sua conclusão (Mondolfo). Foi, aliás, assumindo essa posição metodológica, que Galileu, conforme assevera Mondolfo, não só se diferencia de Bacon e de Descartes, como supera a ambos por seu método experimental que une a observação com a demonstração, a experiência com a necessidade racional.

Sob várias faces, Mondolfo explica essa superioridade do método galileano, acentuando que nele a dedução jamais se separa da experiência e é sempre uma «demonstração necessária», significando isso que ela é diversa da dedução contingente cartesiana e da indução empírica baconiana.

Não só o método de Galileo é objeto das pesquisas mondolfianas, mas tôdas as buscas que o sábio empreendeu no domínio do conhecimento científico, inclusive o seu processo de investigação do qual resultou a criação da física moderna e, enfim, é dada a explicação de como êle liquidou as idéias físicas de Aristóteles para descobrir e demonstrar as leis das quedas dos corpos — base de tôda a mecânica.

Não tem sido pequeno o número de estudiosos da obra de Galileo (o próprio Mondolfo cita com frequência um dos mais notáveis — Pastore), mas talvez nenhum dêles haja harmonizado o sentido científico daquela em relação às idéias metafísicas do grande físico e astrônomo, como faz o Autor de «Figuras e idéias da Filosofia do Renascimento». Aí está, pois, uma das originalidades das pesquisas de Mondolfo acêrca de Galileo: senti-lo como homem de ciência que, dentro da objetividade de seu método, teve a capacidade de criar o espírito para se assenorear de uma visão interpretativa acêrca do conhecimento como valor intelectual e do universo como realidade. Dêsse modo, pondo as idéias metafísicas de Galileo diante das de filósofos da antiguidade e, notadamente, frente às de Leonardo e Bruno, Mondolfo indica, no confronto, as coincidências e os contrastes. Para, finalmente completar essa análise, que é uma síntese rica de interpretação própria do Autor, é feita no item IV da 2.^a parte do livro o estudo do método galileano e a teoria do conhecimento. A limitação natural dessas observações não nos permite apontar maiores especificações da matéria; assinalemos, todavia, que após uma série de considerações críticas, Mondolfo conclui afirmando que um dos méritos de Galileo, no terreno da filosofia, foi a sua contribuição ao desenvolvimento da teoria do conhecimento.

O item IV da primeira parte do livro é dedicada a Campanella que talvez seja, entre os pensadores renascentistas, aquêle que maior diversidade de interpretação tem tido dos que estudaram a sua obra. Esquecido durante muito tempo, no século XIX, próximo ao seu terceiro centenário, reapareceu seu nome com significativo interesse, passando, daí por diante, para a galeria dos valores que a história da filosofia incorporou ao seu patrimônio cultural.

Mondolfo, ao tratar do pensamento dêsse desventurado filósofo — vítima também da Inquisição —, não só assinala as divergências que suas idéias suscitaram, especialmente no século passado, assim como determina os pontos fundamentais de sua doutrina: é o que legou de mais relevância para o pensamento filosófico, social e político.

Diferentemente dos que se interessaram por Campanella, tomando, quase sempre, posição crítica unilateral, a análise mondolfiana é tôda compreensão diante do pensamento campanealiano, razão

por que tudo indica que sua interpretação é mais fiel. Repete, assim, Mondolfo, uma de suas características de grande historiador da filosofia: serenidade na apreciação crítica-interpretativa acima de qualquer espírito de simpatia ou divergência ideológica, seguindo aquêlê ensinamento que Spinoza adota diante das paixões humanas: *non ridere non lugere nec detestare sed intelligere*.

A verdade é que Mondolfo, embora declarando modestamente não ter possibilidade nem intensão de «entrar no me:io das polêmicas interpretativas», termina por apresentar algo talvez mais importante do que o objetivo que moveu as querelas travadas em tórno de Campanella, pois consegue oferecer a linha essencial para a compreensão histórica do pensamento do filósofo, abrindo horizontes para uma maior penetração em sua doutrina.

Na sua análise, Mondolfo especifica pontos que merecem sejam indicados, mesmo sinteticamente: Campanella procurou, no momento histórico em que viveu, realizar alguns de seus ideais, fracassando, é certo, porque circunstâncias adversas originárias do próprio ambiente social e político determinavam a implantação de certos sentimentos que não aquêles por êle sonhado; seus ideais não se perderam de todo no sentido utópico que caracteriza a sua doutrina: êles influíram ou mesmo anteciparam outras idéias que os séculos conheceram posteriormente, como por exemplo: a teoria do otimismo de Leibniz; o *cogito, ergo sum* cartesiano; a consideração da felicidade como sendo a propria virtude e não o prêmio desta, segundo ensinariam posteriormente Spinoza e Kant; a superação da teoria de Hobbes, pela qual se reconhece «uma exigência de solidariedade humana que atua no próprio impulso de conservação, exigindo uma cooperação recíproca e uma confluência de energia entre os homens, para a satisfação de seu anhelô de elevação e desenvolvimento progressivo» (superação esta realizada depois por Pufendorf e Spinoza), e o próprio «ingênuo espírito socialista utopista reacionário» de Rousseau, sonhando com uma volta à natureza, associando-se à idéia de considerar como sendo usurpação da propriedade privada transformada em direito primitivo e absoluto e a nivelação que se deseja realizar pela intervenção do Estado e que aspira a pôr novamente a sociedade num estágio econômico mais primitivo, baseado na agricultura e contrário a todo o desenvolvimento industrial e comercial, etc. prosseguindo: a realização de um comunismo que visava ao extermínio dos males criundos da propriedade privada, valorizando o trabalho que é «a única medida dos méritos e da recompensa, inclusive do trabalho manual». Tais aspectos do ideal campanelliano mostram que Mondolfo tem razão em reconhecer que não é possível considerar o filósofo, como fêz Croce, «entre os utopistas, o mais utópico». Pois quanto à consideração do trabalho como

honra e merito para igualar todos os homens e fazê-los elevarem-se espiritualmente, desde que tenham possibilidade de se instruírem, aduz Mondolfo: «a exigência de igualdade humana culmina assim numa afirmação de valores espirituais e de anhelos da cultura e aperfeiçoamento para todos os homens, que significa uma colocação do valor mais alto para o homem na vida espiritual e na sua elevação progressiva», e, assim, a afirmação «de um direito universal humano a uma plenitude da vida física e espiritual, afiançada por essa fé na virtude moralizadora do saber e na possibilidade de um progresso contínuo ilimitado que caracteriza os espíritos mais altos do Renascimento».

A utopia campaneliana, não foi, portanto, totalmente, o sonho de um místico preocupado em criar um organismo social dirigido pela Igreja e, assim, sem possibilidade de oferecer do espírito ambiente propício para que este, livre de cadeias, estivesse em contínuo progresso. Se de um lado, Campanella ensinava uma teocracia dominada pelo poder eclesiástico, por outro lado ele pregou a exigência da liberdade espiritual e respeito à personalidade humana e defendeu os direitos da pesquisa científica, quando escreveu a sua vigorosa «Apologia pró-Galileo».

Citando Solari, Mondolfo lembra que em Campanella já se encontra a primeira afirmação de uma filosofia social moderna, ao ensinar o princípio da necessidade de prover antes a vida do todo e depois a das partes. O Estado-comunidade campaneliano tem como fundamento um «sentido natural de solidariedade humana que a educação, a ciência e a religião devem desenvolver e fortalecer». O próprio chefe de «A Cidade do Sol» deveria renunciar espontaneamente a seu cargo, caso encontrasse um homem mais sábio e digno do que ele.

Enfim, Campanella, como acentua Mondolfo, procurou harmonizar as exigências das necessidades sociais com as da personalidade individual e, por isso, as raízes mais vivas de sua inspiração mais forte são a «intuição recíproca entre o desenvolvimento material e espiritual de comunidade e o do indivíduo». E isso vitaliza a sua utopia.

Mondolfo conclui afirmando que é na história da filosofia, mais do que na história da utopia que deve encontrar-se o valor e o lugar de Campanella. E se o filósofo, ao considerar o homem, toma, muitas vezes, atitudes contraditórias de oscilação, pois ele opõe ao homem novo o medieval, ambos em luta irreconciliável, é porque isso caracteriza bem o Renascimento, já que este é uma «idade de despertar», mas também, e necessariamente de transição, porque foi uma idade gloriosa e fecunda, tendo a missão, como Mondolfo mesmo

diz, de abrir «as portas ao livre desenvolvimento do pensamento moderno».

Estas idéias finais acêrca do Renascimento são ampliadas e aprofundadas nos itens I e II da 2.^a parte do livro, onde Mondolfo estuda a matéria sob os títulos — «A idéia de cultura no Renascimento italiano» e «O Renascimento italiano e a filosofia moderna».

No item I, o ilustre historiador mostra, inicialmente, o sentido da palavra **cultura**, relacionando-a com o indivíduo: conjunto de conhecimentos que este adquire pelo estudo —, e com a coletividade e a tradição histórica humana: «tôda a criação do mundo da história que se sobrepõe e se contrapõe de certa maneira à natureza». Cultura será, pois, o conjunto de tudo que é criação humana, «tudo isto que constitui o que se chama mundo humano»: sociedade, direito, estado, linguagem, letras, artes, ciência, mitos, religião, filosofia, etc.

Tal conceituação leva Mondolfo a dizer que há uma realidade fora e acima da natureza que, embora possuindo realização objetiva, é de caráter espiritual. E essa realidade provém da potência do espírito no seu afã criador e que fundamenta a filosofia da cultura. Além disso, é através do desenvolvimento histórico que se transmitem essas criações do espírito humano, e, assim, a idéia do progresso se junta «aos caracteres distintivos da idéia de cultura».

Esta idéia, Mondolfo a encontra, originariamente, na antiguidade clássica, nascida com os sofistas, quando estes apresentaram em suas teorias a «oposição» entre a natureza e a «convenção» criada pelos homens». Depois, na Idade Média, colocado o homem em plano secundário, considerado indigno, tudo, enfim, que estivesse ligado à vida terrena, a idéia de progresso se obscurece, já que os elementos valorativos do conhecimento são de natureza tradicional ou filhos da revelação. Mondolfo, aliás, diz com justeza que a tradição não pode por si mesma constituir o desenvolvimento da cultura e intelectualidade humana, pois «deve agregar-se também um aspecto crítico que se aplica ao estado tradicional da cultura e vá operando continuamente nela transformações».

E quem, porém, desenvolve essa idéia de progresso? O Renascimento, onde há uma «intensificação do influxo da antiguidade e esta leva a uma nova afirmação da dignidade do homem, em virtude da consideração da sua superioridade sobre tôda a natureza». Portanto, eis a grande realização dos pensadores renascentistas: usar o saber da antiguidade para afirmar a dignidade humana naquilo que esta possui de mais nobre — a criação de valores espirituais que se traduzem na formação da cultura e permitem um progresso crescente e infinito.

Mondolfo demonstra a sua tese invocando os próprios pensado-

res do Renascimento, nas suas afirmações mais expressivas acêrca do ideal que pregam — Coluccio Salutati, Juan de Prato, Bernardino de Siena, Francisco Filelfo, Enea Silvio Piccolomini, Leonardo Bruni, Pier Paolo Vergerio, Guarino de Verona, Matteo Palmieri, Leon Battista Alberti, Marcilio Ficino e, especialmente, os maiores, Bruno, Leonardo, Galileo e Campanella.

Todos êsses nomes pertencem à Italia e a sua contribuição, para elevar o espírito humano à grandeza moral e intelectual, faz com que o Renascimento italiano haja aberto e preparado o caminho à ciência e à filosofia modernas (Mondolfo).

Essa herança magnífica que a filosofia moderna tanto aproveitou, se acha demonstrada no item já indicado — «O Renascimento italiano e a filosofia moderna». Não necessitamos, todavia, entrar em pormenores a êsse respeito (porque já o fizemos ao apontar anteriormente as pesquisas de Mondolfo sôbre o pensamento de Leonardo, Bruno, Galileo e Campanella), para indicar o que os pensadores e cientistas mais poderosos do Renascimento italiano legaram aos sistemas filosóficos da modernidade. Relembramos apenas que filósofos como Bacon, Descartes, Spinoza, Hobbes, Leibniz e Kant, como assinala Mondolfo, receberam, indiscutivelmente, do Renascimento italiano, idéias para a construção de seus sistemas; e assim nada mais será preciso acrescentar sôbre esta época que cmpeu os grilhões do obscurantismo da Idade Média, realizando o «descobrimento do mundo e do homem».

Esta obra de Rodolfo Mondolfo afirma que o mais penetrante pesquisador contemporâneo do pensamento grego se rivaliza com o analista e intérprete do pensamento filosófico renascentista.